

Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.
Fortaleza - Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Casa dos Ventos Comercializadora de Energias S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.882	28.103	Fornecedores	6	284.694	146.696
Contas a receber de clientes	5	287.724	149.713	Dividendos a pagar	7	2.658	436
Derivativos financeiros	13	-	5.860	Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	1.675	3.302
Outros créditos		8.037	6.005	Obrigações fiscais		4.381	1.909
Valor justo dos contratos de energia	13	816.935	494.148	Imposto de renda e contribuição social	14	-	4.123
				Obrigações trabalhistas		5.307	4.832
				Outras contas a pagar		469	2.794
				Derivativos financeiros	13	4.291	985
				Valor justo dos contratos de energia	13	728.173	394.398
Total do Ativo Circulante		1.147.578	683.829	Total do Passivo Circulante		1.031.648	559.475
Derivativos financeiros	13	232	11.900	Derivativos financeiros	13	22.864	3.981
Outros créditos		9	-	Outras contas a pagar		1.010	-
Valor justo dos contratos de energia	13	565.670	590.014	Tributos diferidos	14	62.302	44.945
				Valor justo dos contratos de energia	13	470.528	590.370
Realizável a longo prazo		565.911	601.914	Total do Passivo Não circulante		556.704	639.296
Imobilizado		1.195	442	Patrimônio líquido	7		
Intangível		-	49	Capital social		98.132	60.001
		1.195	491	Reserva legal		2.482	1.922
Total do Ativo Não Circulante		567.106	602.405	Reserva de lucros a distribuir		9.718	1.309
				Adiantamento para futuro aumento de capital		16.000	24.231
Total do Ativo		1.714.684	1.286.234	Total do Patrimônio líquido		126.332	87.463
				Total do Passivo		1.588.352	1.198.771
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		1.714.684	1.286.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Comercializadora de Energias S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	8	2.332.328	1.128.402
Custos operacionais	9	(2.332.266)	(1.097.555)
Lucro bruto		62	30.847
Despesas gerais ou administrativas	10	(27.427)	(21.983)
Resultado do valor justo de contratos de energia	13	76.693	(43.555)
Outras despesas (receitas) operacionais		(54)	4.727
Receitas (despesas) operacionais		49.212	(60.811)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		49.274	(29.964)
Receitas financeiras	11	14.851	42.801
Despesas financeiras	11	(41.348)	(9.288)
Resultado financeiro líquido		(26.497)	33.513
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		22.777	3.549
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	389	(6.328)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(11.975)	4.616
Lucro do exercício		11.191	1.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Comercializadora de Energias S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	<u>11.191</u>	<u>1.837</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	<u>11.191</u>	<u>1.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Comercializadora de Energias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		60.001	(7.569)	1.830	67.803	-	-	122.065
Capital integralizado	7	-	7.569	-	-	-	-	7.569
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	-	24.231	-	24.231
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	1.837	1.837
Destinação do lucro:								
Reserva legal	7	-	-	92	-	-	(92)	-
Dividendos obrigatórios	7	-	-	-	-	-	(436)	(436)
Dividendos adicionais distribuídos	7	-	-	-	(67.803)	-	-	(67.803)
Reserva de lucros a distribuir	7	-	-	-	1.309	-	(1.309)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		60.001	-	1.922	1.309	24.231	-	87.463
Capital subscrito	7	38.131	(38.131)	-	-	-	-	-
Capital integralizado	7	-	38.131	-	-	(24.231)	-	13.900
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	-	16.000	-	16.000
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	11.191	11.191
Destinação do lucro:								
Reserva legal	7	-	-	560	-	-	(560)	-
Dispensa de dividendos obrigatórios	7	-	-	-	436	-	-	436
Dividendos obrigatórios	7	-	-	-	-	-	(2.658)	(2.658)
Reserva de lucros a distribuir	7	-	-	-	7.973	-	(7.973)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		98.132	-	2.482	9.718	16.000	-	126.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa dos Ventos Comercializadora de Energias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		11.191	1.837
Ajustes para:			
Valor justo dos contratos de energia, líquido do diferido	13	(76.693)	43.555
Juros sobre aplicações financeiras - debêntures		-	(8.735)
Perda (ganho) em operações com contratos derivativos	13	37.282	(29.449)
Juros sobre compromissos futuros		-	4.599
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	14	11.586	1.712
Outros		83	(99)
		(16.551)	13.420
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	5	(138.011)	(87.657)
Outros créditos		(2.056)	(1.917)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar	12	(1.611)	2.564
Fornecedores	6	138.005	80.871
Obrigações trabalhistas		475	4.527
Obrigações fiscais		5.066	(1.693)
Outras contas a pagar		(1.316)	(17.336)
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(15.999)	(7.221)
Juros pagos sobre compromissos futuros		-	(19.080)
Impostos pagos sobre o lucro	14	(6.328)	(2.842)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(22.327)	(29.143)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento de debêntures - principal		-	53.503
Recebimento de debêntures - juros		-	23.100
Aquisição de imobilizado		(794)	(27)
Aquisição de intangível		-	(86)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de investimento		(794)	76.490
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	7	13.900	7.569
Amortização de compromissos futuros - principal		-	(82.356)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	16.000	24.231
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de financiamento		29.900	(50.556)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		6.779	(3.209)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	28.103	31.312
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	34.882	28.103
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		6.779	(3.209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), com sede em Fortaleza (CE), foi constituída em 3 de junho de 2019, tem por objeto social a comercialização de energia elétrica gerada no mercado de livre negociação, incluindo a compra e venda, bem como a prestação de serviços de intermediação entre compradores e vendedores de energia elétrica proveniente de quaisquer fontes.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Notas 2.8 e 13 – valor justo dos ativos e passivos contratuais: determinar preço futuro da energia comercializada no período de longo prazo; e

Nota 2.5 – derivativos financeiros: determinar o câmbio futuro da moeda estrangeira durante a vigência do contrato de derivativo financeiro.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados

em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são

reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas – outros créditos e derivativos financeiros.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, derivativos financeiros, outras contas a pagar e compromissos futuros.

2.6 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço nos países que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real anual, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime de lucro real anual.

2.8 Valor justo dos contratos de energia

A Companhia possui portfólio de contratos de energia (compra e venda) com o propósito de atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Para este portfólio, não há compromisso de combinar um contrato de compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Os contratos podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e são classificados dentro do alcance do CPC 48, portanto são classificados como instrumentos financeiros, registrados na rubrica de valor justo dos contratos de energia, reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, como contrapartida ao resultado.

A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações do valor justo. Para estimativa do valor justo, considera-se as cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, o uso de técnicas de avaliação, que considera preponderantemente:

- Preços estabelecidos nas operações realizadas via plataforma BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) e relatórios divulgados pela DCIDE, projetados no período de disponibilidade;
- Margem de risco no fornecimento; e
- Tipo de fonte de energia.

Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

2.9 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no

Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.10 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e sua controlada não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

2.11 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são

agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- (b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Risco de preço de mercado e volume**

A Companhia está exposta ao risco caracterizado por variações no preço e na demanda de energia, atrelado diretamente à operação de comercialização.

A Companhia possui Comitê de Comercialização, que realiza reuniões trimestrais, com o objetivo de determinar as políticas e implementação de boas práticas, e a gestão dos riscos de mercados inerentes ao negócio, garantindo que as perdas potenciais não se tornem prejuízos.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Companhia tem como objetivo informar as devidas alçadas para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Um risco de mercado importante incorrido e gerenciado pela Companhia é decorrente de operações financeiras atreladas à moeda estrangeira por meio de contratos cambiais a termo com a finalidade de proteção contra exposições a variações cambiais e inflacionárias sobre contratos de energia de longo prazo negociados em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundos restritos	33.238	Baixa do CDI	32.194	31.208
Efeito no resultado	3.850		2.806	1.820

Risco cambial

Descrição	Saldo 31/12/2024	Cotação moeda estrangeira (Ptax Venda) 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Derivativos financeiros (Ativo)	232		Alta do	(1.663)	(1.971)
Efeito no resultado	2.397	6,1923	Dólar (USD)	502	194
Derivativos financeiros (Passivo)	(27.155)		Baixa do	(51.568)	(75.980)
Efeito no resultado	(39.677)	6,1923	Dólar (USD)	(64.090)	(88.502)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	1.644	1.568
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	33.238	26.535
Total	34.882	28.103

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimento, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

5 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	283.676	140.119
Venda de energia – partes relacionadas (nota 12)	4.048	9.594
Total	287.724	149.713

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6 Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia – terceiros	261.234	98.889
Compra de energia – partes relacionadas (nota 12)	23.460	47.807
Total	284.694	146.696

7 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 98.132 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 60.001 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 98.132.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, conforme detalhamento a seguir:

Acionista	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
CDV	100%	98.132	98.132.000	100%	60.001	57.232.000
Total	100%	98.132	98.132.000	100%	60.001	57.232.000

Boletins de integralização

Durante o exercício de 2023 a CDV realizou aportes de capital mediante boletins de integralização no montante de R\$ 7.569.

Aumento de capital

Em 31 de janeiro de 2024, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi subscrito capital no montante de R\$ 25.431, sendo R\$ 24.231 integralizado com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 1.200 integralizado em moeda corrente nesta data.

Em 31 de maio de 2024, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 12.700, plenamente integralizado em moeda corrente nesta mesma data.

Adiantamento para futuro aumento de capital

No ano de 2024 foram realizados aportes a título de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 16.000 (R\$ 24.231 em 31 de dezembro de 2023), não sendo integralizados no período.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do Estatuto Social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a

Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.658 (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	11.191	1.837
(-) Reserva legal (5%)	(560)	(92)
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	10.631	1.745
Dividendos propostos	2.658	436

Dispensa da distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2024 a CDV deliberou sobre a dispensa de dividendos mínimos obrigatórios dos lucros de 2023, no montante de R\$ 436, incorrendo no aumento da reserva de lucros a distribuir.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 560 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 7.973 (R\$ 1.309 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos adicionais distribuídos

Em 2023 a Companhia realizou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 67.803 que foram compensados com os saldos de debêntures a receber.

8 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	2.573.798	1.246.428
PIS e COFINS sobre vendas	(237.106)	(114.943)
ICMS e FECOP	(4.364)	(3.083)
Total	2.332.328	1.128.402

9 Custos operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Energia comprada	(2.325.239)	(1.093.251)
Outros custos	(7.027)	(4.304)
Total	(2.332.266)	(1.097.555)

Durante o exercício, a Companhia expandiu suas operações de comercialização de energia. Esse fato é um reflexo da implementação de uma estratégia comercial mediante a renegociação de contratos, a fim de otimizar a eficiência financeira do portfólio da Companhia no médio e longo prazo, como pode ser observado em 2024 um resultado positivo no valor justo de contratos, conforme nota 13(b).

10 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Tributos e contribuições	(811)	(788)
Compartilhamento de despesa (nota 12)	(7.901)	(6.988)
Taxa de manutenção com órgão regulador	-	(853)
Despesas com informática e telecomunicações	(442)	(1.180)
Despesas com pessoal	(17.069)	(10.505)
Outras despesas	(1.204)	(1.669)
Total	(27.427)	(21.983)

11 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3.850	12.739
Multas sobre contratos	5.446	-
Ganhos em derivativos de câmbio - não realizado	2.397	75
Ganhos em derivativos de câmbio - realizado	1.757	29.449
Outras receitas financeiras	1.401	538
Total	14.851	42.801
Despesas financeiras		
Juros sobre compromissos futuros	-	(8.598)
Perdas em derivativos de câmbio - não realizado	(39.677)	(490)
Perdas em derivativos de câmbio - realizado	(1.212)	-
Outras despesas financeiras	(459)	(200)
Total	(41.348)	(9.288)
Resultado financeiro líquido	(26.497)	33.513

12 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (b)	4.048	9.594
Passivo		
Fornecedores	27.792	51.545
Compra de energia (b)	23.459	47.807
Partes relacionadas – outras contas a pagar	1.675	3.302
Outras contas a pagar	-	1.937
Compartilhamento de despesas (a)	1.675	1.365
Dividendos a pagar	2.658	436
Resultado		
Receita líquida de vendas	(358.512)	(407.592)
Venda de energia (c)	15.135	28.379
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(365.746)	(428.983)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
-----------	------------	------------

Despesas gerais ou administrativas

Compartilhamento de despesas (a) (7.901) (6.988)

(a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possuía um contrato de compartilhamento de despesas firmado com a CDV, com a finalidade de prestação de serviços administrativos.

(b) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com as empresas geradoras controladas pela CDV.

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 30 de novembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

13 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	34.882	34.882	28.103	28.103
Contas a receber de clientes	287.724	287.724	149.713	149.713
Outros créditos	554	554	1.073	1.073
Partes relacionadas - outros créditos	-	-	16	16
Fornecedores	(284.694)	(284.694)	(146.696)	(146.696)
Outras contas a pagar	(467)	(467)	(1.005)	(1.005)
Total	37.999	37.999	27.900	27.900

Os instrumentos financeiros não derivativos da Companhia estão avaliados ao custo amortizado, não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

b. Valor justo dos contratos de energia

A Companhia opera no ACL e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente (contratos futuros), cujas posições em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são as seguintes:

Valor justo dos contratos de energia	Hierarquia	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	Nível 2	816.935	494.148
Ativo não circulante	Nível 2	565.670	590.014
Passivo circulante	Nível 2	(728.173)	(394.398)
Passivo não circulante	Nível 2	(470.528)	(590.370)
Total		183.904	99.394

Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024

Movimentação no período	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	99.394	143.914
Aumento (decrécimo) no valor justo dos contratos	84.510	(44.519)
Saldos finais	183.904	99.394
(-) PIS e COFINS diferidos (provisão no exercício)	(17.011)	(9.194)
(+) PIS e COFINS diferidos (reversão provisão do exercício anterior)	9.194	10.158
Resultado do valor justo dos contratos de energia líquido do PIS e COFINS diferidos	76.693	(43.555)

O resultado real dos contratos futuros pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando a data base 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até 2039.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Ganho temporário – hedge (Swap + NDF)	Nível 2	232	232	17.760	17.760
Passivo					
Perda temporária – hedge (Swap + NDF)	Nível 2	(27.155)	(27.155)	(4.966)	(4.966)
Total		(26.923)	(26.923)	12.794	12.794

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 contratos cambiais a termo atrelado a moedas estrangeiras que podem variar ao final do contrato. O vencimento das NDFs contratadas pela Companhia ocorrerá até 2 de janeiro de 2030.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão avaliados a valor justo, seguindo os níveis de hierarquia da nota 2.3.

d. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 1 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Valor justo dos contratos de energia	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação dos ativos e passivos contratuais considera o resultado do valor presente líquido dos pagamentos e recebimentos esperados, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

14 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social - correntes	389	(6.328)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(11.975)	4.616
Imposto de renda e contribuição social, líquido do diferido	(11.586)	(1.712)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	22.776	3.549
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	7.744	1.207
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo	5.784	(328)
Reversão juros – compromissos futuros	(3.126)	(1.359)
Ganhos (perdas) em operações com derivativos	12.675	(10.013)
Valor justo dos contratos de energia	(28.733)	15.136
Efeito do adicional de 10%	(24)	(24)
Outros ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos	170	1.709
Prejuízo (lucro) tributável	(5.510)	6.328
Apuração dos impostos correntes		
Imposto de renda	-	(4.647)
Contribuição social	-	(1.681)
IRPJ e CSLL diferidos	(11.975)	4.616
Ajustes de anos anteriores	389	-
IRPJ e CSLL no resultado	(11.586)	(1.712)
Alíquota efetiva	(50,9%)	(48,2%)

c. Apuração do imposto de renda e contribuição social - diferidos

Descrição		31/12/2024	31/12/2023
Adições (exclusões) temporárias			
Valor justo dos contratos de energia	34%	(28.733)	15.136
PIS e COFINS diferidos sobre valor justo	34%	2.658	(328)
Perda temporária – hedge (Swap + NDF)	34%	12.675	(10.013)
Outras adições temporárias	34%	1.425	(179)
Saldos finais		(11.975)	4.616

d. Movimentação dos impostos diferidos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais dos tributos diferidos	44.945	49.342
PIS e COFINS diferidos (provisão no exercício)	17.011	9.194
PIS e COFINS diferidos (reversão provisão exercício anterior)	(9.194)	(10.158)
PIS e COFINS diferidos sobre SWAP + NDF	(2.435)	1.183
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.975	(4.616)
Saldos finais	62.302	44.945

e. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	4.123	514
Imposto de renda e contribuição social no exercício	-	6.328
Impostos pagos sobre o lucro	(6.328)	(2.842)
Compensações no exercício	2.594	123
Ajustes de anos anteriores	(389)	
Saldos finais	-	4.123

15 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

16 Eventos subsequentes

Em 11 de julho de 2024, foi celebrado com a América Holding Participações S.A. (“América Holding”) Contrato de Outorga de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, que garantiu o direito à Companhia de adquirir 100% das quotas da América Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“América Varejista”). Em 27 de janeiro de 2025 a Companhia cumpriu os atos pré-fechamento e na data da transação foi pago o valor total de R\$ 1.500, restando o valor residual de R\$ 500, com o pagamento condicionado a apuração de índice de endividamento da América Varejista, conforme acordado entre as partes. Essa aquisição não apresenta impacto significativo nas receitas e lucros da Companhia no exercício. Até a data de autorização da emissão das Demonstrações Financeiras pela diretoria, não foi finalizado o processo de alocação do ágio (goodwill) aos ativos adquiridos e passivos assumidos dessa aquisição. A Companhia entende que os efeitos da alocação do preço pago não tem efeito material nas demonstrações financeiras.

Em 28 de fevereiro de 2025, conforme AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 37.890, sendo R\$ 16.000 integralizado com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 21.890 integralizado em moeda corrente nesta data.